

Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0108-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.087223005>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).

II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade II* neste segundo volume nos convida a refletir sobre sociologias múltiplas: dos desastres, da educação, sobre o ambiente e como nos relacionamos com ele.

Os lugares múltiplos que ocupamos como sujeitos são cada vez mais pressionados pelo consumo e suas implicações com nossas identidades e pertencimentos. Em contraposição somos demandados a assumir responsabilidades éticas frente aos desastres multifacetados que nos assolam.

Os capítulos que seguem estão organizados de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o modo como somos intersectados pelas redes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ETNODESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PATAXÓ: DA ALDEIA PARA O MUNDO Simone Jörg  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230051	
CAPÍTULO 2	7
POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO BRASIL: UM CASO DE <i>WORKFARE STATE</i> ? Adriane Vieira Ferrarini  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230052	
CAPÍTULO 3	18
DESCOMPOSICIÓN GLOBAL SOCIAL, MIGRACIÓN PERENNE Gumersindo Vera Hernández Elsa González Paredes  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230053	
CAPÍTULO 4	26
MIGRAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTRATÉGIAS MIGRANTES NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENÇA Antonio Nolberto de Oliveira Xavier  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230054	
CAPÍTULO 5	44
ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE GRANDES DESASTRES DA MINERAÇÃO Raquel Lucena Paiva  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230055	
CAPÍTULO 6	61
SOCIEDADE DE CONSUMO E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS Ana Cristina Bagatini Marotti Juliano Costa Gonçalves Cristine Diniz Santiago Erica Pugliesi Luiza de Lima Neves Aline Chitero Bueno  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230056	
CAPÍTULO 7	75
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO Adelcio Machado dos Santos  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230057	

CAPÍTULO 8	87
A FORÇA COMUNICACIONAL DO YOUTUBE E O FENÔMENO DE WHINDERSSON NUNES	
Leonardo Gonçalves de Souza	
Diego Rafael Munhak	
Cristiano de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230058	
CAPÍTULO 9	92
FOME E MODERNIDADE: DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	
Tania Elias Magno da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230059	
SOBRE A ORGANIZADORA	104
ÍNDICE REMISSIVO	105

ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE GRANDES DESASTRES DA MINERAÇÃO

Data de aceite: 02/05/2022

Raquel Lucena Paiva

Ufes

Mestre e doutoranda em ciências sociais, graduada em comunicação social. Membro do grupo de pesquisa Organon

RESUMO: Este texto propõe um olhar sobre as disputas relativas aos enquadramentos socioeconômicos e ambientais que giram em torno da atividade mineradora, a partir de uma perspectiva que observa as estratégias de legitimação destas empresas e as interações e resistências construídas pelos movimentos sociais e outros atores afetados por estes problemas. A partir do contexto dos dois grandes desastres que se iniciaram na Região Sudeste do Brasil, em 2015 e 2019, este texto apresenta o contexto da atividade mineradora na América Latina e os fatores estruturais percebidos por diversos analistas como fatores correlacionados aos desastres tecnológicos provocados pelas grandes mineradoras: Vale, Samarco e BHP Billiton. Com enfoque interacionista, este texto se debruça sobre os discursos socioambientais e as visões de natureza e de desenvolvimento envolvidos nestes conflitos e disputas.

PALAVRAS-CHAVE: Interacionismo simbólico; mineração; economia ecológica; sociologia ambiental; sociologia dos desastres.

ABSTRACT: This text proposes a look at the disputes regarding the socioeconomic and

environmental frameworks that turn around mining activity, from a perspective that observes the legitimation strategies of these companies and the interactions and resistances built by social movements and other actors affected by these problems. From the context of the two major disasters that began in the Southeast Region of Brazil, in 2015 and 2019, this text presents the context of mining activity in Latin America and the structural factors perceived by various analysts as factors correlated to the technological disasters caused by the large mining companies: Vale, Samarco and BHP Billiton. With an interactionist approach, this text focuses on the socio-environmental discourses and the visions of nature and development involved in these conflicts and disputes.

KEYWORDS: Environmental sociology; environmental politics; interpretative frames; social movements.

1 | INTRODUÇÃO

O extrativismo minerador é uma atividade que perpassa todo o histórico de apropriação colonial, dentro de um processo de expansão do modo de vida ocidental que se estende aos dias atuais. A densidade simbólica dos metais atravessa as relações sociais, políticas e econômicas mas seu poder cortante não é nem um pouco abstrato, mas se fundamenta na expropriação de territórios e controle sobre governos, populações e indivíduos, seja por meio dos benefícios econômicos oferecidos ou por estratégias bastante diversas, todas

utilizando um poder descomunal, capaz de remover montanhas.

Este capítulo propõe um olhar sobre as disputas relativas aos enquadramentos socioeconômicos e ambientais que giram em torno da atividade mineradora, a partir de uma perspectiva que observa as estratégias de legitimação destas empresas e as interações e resistências construídas pelos movimentos sociais e outros atores afetados por estes problemas.

Os conflitos relacionados à atividade mineradora tornaram-se mais visíveis e intensos a partir dos dois grandes crimes-desastres provocados pelas mineradoras Vale S/A, BHP Billiton e Samarco S/A. O primeiro, iniciado em Mariana e o segundo, em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, com impacto sobre toda a bacia do Rio Doce, litoral do Espírito Santo e Bahia, bacia da Rio Paraopeba e Rio São Francisco. Os rompimentos da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015 e da Barragem I, do complexo do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, soterraram comunidades e mataram quase trezentas pessoas.

A dimensão desses impactos é ainda maior quando consideramos sua dimensão temporal, visto que os desastres não se limitam ao evento catastrófico, mas deve ser entendido como situação e como processos duradouros de crise social, “[...] frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social” (ZHOURI; VALENCIO; OLIVEIRA, 2016, p. 36).

As ações de legitimação ou de enfrentamento à atividade mineradora ou aos desastres da mineração passam pelos enquadramentos interpretativos construídos em torno dos mesmos. Segundo Blumer (1984, p. 2), “[...] os seres humanos agem sobre as coisas com base nos significados que as coisas têm para os mesmos [...]”.

No contexto da atividade mineradora na Região Sudeste, a nomeação do estado de Minas Gerais traz em si a disputa contínua pela legitimação da mineração como uma vocação inerente ao território, o mesmo ocorre em relação à região dentro deste estado denominada de quadrilátero ferrífero. Ambas as expressões são questionadas e ressignificadas nas disputas discursivas em torno do tema.

Em audiência realizada na Câmara dos Deputados, semanas após o rompimento da barragem em Brumadinho, a integrante do Movimento Águas e Serras de Casa Branca e da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, Carolina de Moura Campos reafirma a proposta de mudança social e discursiva defendida pelo movimento do qual faz parte:

[...] Minas não é um estado que tem mineração no nome, essas minas são de águas. Minas de Águas Gerais. Não é Quadrilátero Ferrífero, é Quadrilátero Aquífero, o nosso território está absolutamente saturado de mineração [...] (CAMPOS, 2018, informação verbal)

Aplicando o princípio do interacionismo simbólico acima citado, os seres humanos agem sobre territórios e lugares a partir dos significados atribuídos sobre os mesmos, considerando o estado como um grande projeto de mineração ou como um lugar onde se

vive e onde as riquezas naturais garantem as condições de vida, como água e alimentos, além de todos os aspectos culturais, afetivos e de pertencimento envolvidos nessa relação.

Este texto apresenta disputas argumentativas e enquadramentos de ações coletivas que fazem parte do contexto de interações nos quais se envolvem populações afetadas, atores acadêmicos, representantes estatais, as empresas e os atores por elas mobilizados e os movimentos sociais de resistência ao modelo de mineração implantado no Brasil.

As organizações da sociedade civil analisadas foram percebidas como relevantes devido à representatividade das mesmas e pela forte presença nas mobilizações e nas disputas argumentativas em torno do tema. São eles: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM).

Com enfoque interacionista, este texto se debruça sobre os discursos socioambientais e as visões de natureza e de desenvolvimento envolvidos nestes conflitos e disputas. Apresenta o contexto da atividade mineradora no Brasil, que obedece a uma lógica da divisão internacional do trabalho que reserva à América Latina e outras regiões periféricas o *status* de exportadores de matéria-prima. Discorre sobre os fatores percebidos como codeterminantes para a ocorrência dos desastres e explora peças de comunicação produzidas tanto por atores que almejam construir uma visão positiva da mineração como pelos movimentos sociais de contestação aos argumentos e artifícios utilizados para legitimar o setor.

2 | INTERACIONISMO SIMBÓLICO E ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

Conforme citado na introdução, Herbert Blumer (1984, p. 2) define como princípio do interacionismo simbólico a centralidade do processo de significação. A partir da primeira premissa, de que “[...] os seres humanos agem sobre as coisas com base nos significados que as coisas têm para os mesmos [...]”, acrescenta-se a segunda premissa, de que “[...] o significado de tais coisas derivam do, ou surgem do, interacionismo social que se tem com os companheiros [...]”. Por fim, a terceira premissa enfatiza que “[...] estes significados são tratados, e modificados, por meio de processos interpretativos, usados pelas pessoas para lidar com as coisas que encontram [...]”.

Blumer (1984, p. 4) reconhece que outras abordagens compartilham a primeira premissa com o interacionismo simbólico e defende que a segunda premissa estabelece melhor esta linha de diferenciação, quando enfatiza que a fonte dos significados deriva das interações sociais, e acrescenta que “[...] o significado de uma coisa para uma pessoa, cresce nas maneiras em que outras pessoas agem com a pessoa com relação às coisas [...]”.

Ao definir ‘coisas’, amplamente abordadas nas premissas, como objetos físicos (árvore, casa), sociais (mãe, presidente, trabalhadores) ou abstratos (princípios morais,

doutrinas filosóficas, ideias como justiça, exploração etc), as implicações socialmente envolvidas no processo de significação são expandidas para percepções mais abrangentes, como o meio ambiente, percebido como os mundos de objetos compartilhados por algumas pessoas. Segundo Blumer (1984, p.11):

[...] o meio ambiente consiste somente dos objetos que determinados seres humanos reconhecem e conhecem. A natureza deste meio ambiente é estabelecida pelos significados que os objetos que o compõem têm para aqueles seres humanos. Indivíduos, também grupos, que ocupam ou vivem na mesma localização espacial talvez tenham, portanto, ambientes muito diferentes; como nós falamos, pessoas podem viver lado a lado e ainda estar vivendo em mundos diferentes [...]

A partir dos princípios do interacionismo simbólico propõe-se pensar os enquadramentos da mineração dentro dos conflitos ecológicos distributivos com os quais se ocupa a ecologia política (ALIER, 2011). Estes processos estão inseridos nas disputas em torno dos mecanismos de significação dos discursos ambientais, pensando estes como constitutivos da realidade socioambiental, visto que são partes integrantes do processo de moldar, orientar e negociar significados valores e relacionamentos, defender perspectivas e negociar crenças, sentimentos, entre outros aspectos (COX, 2018).

Considerando-se, portanto, os aspectos constitutivos e pragmáticos da linguagem, a densidade histórica dessas construções sociais e o processo contínuo de interação dos processos interpretativos, pode-se identificar *frames*, ou molduras interpretativas, relacionadas aos impactos socioambientais da atividade mineradora e aos desastres tecnológicos provocados por estas empresas.

Os movimentos sociais estão entre os atores que participam diretamente das disputas relacionadas aos enquadramentos. Benford e Snow (2000, p. 613) os considera “[...] agentes ativamente engajados na produção e manutenção de significados para os seus participantes, antagonistas e espectadores, ou observadores [...]”. Neste processo, os movimentos sociais atuam em relações de cooperação ou conflito com outros atores relevantes, como a mídia, os governos e as empresas.

A partir dos *slogans* utilizados pelos movimentos sociais estudados apresentam-se núcleos de significados que expõem os enquadramentos centrais desenvolvidos pelos mesmos. O *slogan* do MAB defende que “água e energia não são mercadorias”, o MovSAM afirma que “minério não se bebe” e o comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração não utiliza *slogan*, porém o próprio nome da organização cumpre esta função.

Utilizando estes *slogans* como núcleos de enquadramento, percebe-se a ênfase do MAB na importância de se impor limites ao capitalismo. A água, juntamente com a energia, ocupa posição central na definição do problema, de maneira que se deixa em aberto as valorações possíveis ao elemento natural, desde que dentro de uma gama de utilizações que não a reduza à condição de mercadoria.

O MovSAM também traz a água ao centro do enquadramento, embora não utilize a

palavra diretamente no *slogan*, valoriza a água como um elemento insubstituível. No caso, defende a inviabilidade de que seja substituída por minério, remetendo ainda ao metal como metáfora financeira, uma riqueza ilusória que não satisfaz às necessidades materiais básicas de todos os seres vivos.

Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração remete à soberania e à sobreposição dos aspectos naturais, culturais, populacionais e políticos que envolvem a questão territorial. Define, no próprio nome, a mineração como uma ameaça aos territórios e à territorialidade. Trata-se de um enquadramento com contornos mais amplos, em consonância com a posição desta organização como um comitê que agrupa diversos movimentos sociais.

Percebendo-se estes enquadramentos como partes de conflitos mais amplos, é necessário compreender a densidade temporal das interações que resultaram nestas molduras interpretativas e a complexidade das relações de poder, resistências, dominações e apropriações envolvidas nos conflitos ecológicos distributivos fomentados pela mineração.

3 | MINERAÇÃO

A apropriação colonial do continente americano foi amplamente fomentada pelos interesses mineradores. Ao ciclo do ouro se sucederam vários outros ciclos minerários, mas a presença impactante da atividade foi constante desde a chegada dos europeus, no século XV. O estado de Minas Gerais, epicentro dos dois desastres abordados neste artigo, tornou-se o núcleo da atividade mineradora e o Espírito Santo também teve seu uso territorial definido pelos interesses coloniais em relação à exploração mineral, visto que era proibida a construção de estradas ligando o Espírito Santo a Minas Gerais, para garantir o controle da corte sobre o ouro, que deveria ser exportado pelo Rio de Janeiro.

Trocate e Coelho (2020) apresentam um panorama dos altos e baixos da mineração no Brasil e cita descrição de Auguste Saint Hilaire, que percorreu diversas províncias brasileiras no século XIX e falou da pobreza dos habitantes das regiões mineradoras e das muitas crateras produzidas no solo pela mineração.

Em 1942 foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce, como parte dos Acordos de Washington, no qual o governo do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra firmaram acordo de cooperação para implantar a companhia e o Brasil fornecer ferro para a indústria bélica destes países. Neste acordo, os Estados Unidos financiou U\$ 14 milhões, a Inglaterra entrou com jazidas de ferro de sua propriedade no território brasileiro, o governo brasileiro se comprometeu com a modernização da Estrada de Ferro Vitória Minas e a CVRD se comprometia em vender toda sua produção, em torno de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro, para estes países, a preços abaixo dos praticados no mercado mundial (TROCATE; COELHO, 2020).

Muitos outros fatores históricos serviriam para ilustrar a trajetória brasileira de exploração mineral, mas o objetivo não é oferecer um relato exaustivo do processo

histórico, mas contextualizar este processo dentro da trajetória de exploração colonial, que se perpetuou após a precária independência política e se reconfigurou com os processos de financeirização, os ciclos neoextrativistas e a radicalização do neoliberalismo.

Já no século XXI, o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo deram o tom do contexto econômico dentro do panorama do superciclo das *commodities*, período em que ocorreu um crescimento rápido e expressivo na demanda por matérias-primas, fomentado, principalmente, pela industrialização da Ásia, em especial, da China. Neste processo, as importações globais de minerais saltaram de US\$ 38 bilhões, em 2003, para US\$ 277 bilhões, em 2013, refletindo aumentos na demanda e nos preços (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Porém, seguindo a tendência cíclica de instabilidade, o valor da exportação de minérios no Brasil caiu de US\$ 44,2 bilhões para US\$ 28,4 bilhões, entre 2011 e 2014. Essas oscilações geram reflexos no mercado, com o fechamento de mineradoras menores e ampliação de algumas maiores, que optam por ampliar a extração de matéria-prima para compensar a baixa nos preços. Porém, mesmo para as grandes mineradoras, a expansão da produção foi acompanhada da redução de custos operacionais e do preço por tonelada, podendo vir acompanhada de resultados econômicos negativos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

4 | OS CRIMES-DESASTRES E SEUS CONTEXTOS

O rompimento da barragem Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., com participação da Vale S. A. e da BHP Billiton, no município de Mariana, Minas Gerais, ocorreu em 05 de novembro de 2015, dezenove pessoas morreram e centenas de moradias foram destruídas, riscando do mapa duas pequenas comunidades, suas rotinas e suas histórias e afetando fortemente diversas localidades em toda a extensão do rio Doce.

Aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos da atividade mineral foram derramados nos rios e carreados até o rio Doce, percorrendo uma extensão de aproximadamente 600 km até o oceano, traçando um caminho de destruição que é contínuo e tem consequências negativas para diversas espécies animais e vegetais, afetando também as relações ecossistêmicas no rio, nos estuários e no mar.

Algumas das primeiras notícias sobre o rompimento da barragem Fundão seguiram a nomenclatura utilizada pela própria empresa e o evento chegou a ser classificado como 'acidente', fato que gerou forte reação popular. Nas redes sociais foi criada a *hashtag* #NãoFoiAcidente. Neste contexto, indivíduos e coletividades propõem evidenciar estes fatores e classificam tais acontecimentos como 'crimes'. A coerência lógica deste enquadramento se fundamenta em informações relativas às omissões e descumprimento de normas de segurança, entre outras irregularidades.

Três anos após o crime-desastre da mineração iniciado em Mariana, a barragem da

Vale em Brumadinho se rompe, interrompendo a vida de duzentos e setenta e duas pessoas, sendo que alguns corpos não foram encontrados. A comovente perda de uma quantidade tão expressiva de vidas humanas delineou um enquadramento predominante em torno da tragédia humana; a dimensão ambiental deste crime tem sido menos problematizada que no desastre do rio Doce.

Ambos os desastres estão inseridos dentro de uma tendência cíclica, que se pode observar a partir da análise da correlação entre o período do pós-*boom* das *commodities* (período de desvalorização após o *boom*) e o aumento no número de rompimento de barragens. A análise de um período de 45 anos, realizada por Davis e Martin em 2009 (*apud*, ZONTA; TROCATE, 2016) evidencia o aumento no número de rompimento de barragens de rejeitos no período recessivo dos ciclos de preços dos minérios.

O levantamento e a análise destes dados, em paralelo a diversas outras evidências, fundamentam a avaliação de que os desastres provocados pela Vale, Samarco e BHP fazem parte dos negócios da mineração:

Assumindo a plausibilidade de tais análises, deve-se considerar que, se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento das barragens. Dessa forma, os diversos episódios de rompimento das barragens de rejeitos citados neste relatório não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral (ZONTA; TROCATE, 2016, p. 22)

A financeirização do setor mineral também interfere nas estruturas de poder e governança. Definida por Trocate e Coelho (2020, p. 83), como “[...] o processo no qual o modo de acumulação de riquezas se baseia no poder crescente do setor financeiro [...]”, a financeirização foi um fator decisivo para uma série de mudanças na estrutura de governança da Vale, nas últimas décadas (MILANEZ; MAGNO; SANTOS, 2019). A lógica do mercado financeiro, com suas estruturas acionárias pulverizadas, dificulta a responsabilização em relação à ocorrência dos desastres.

Os fatores institucionais também são fatores determinantes na configuração das estruturas deste setor, no qual os desastres fazem parte da rotina operacional. Porém, o controle estatal das normas técnicas e ambientais não pode ser percebido como dissociado dos fatores econômicos e culturais que o configura. Na análise da correlação entre os rompimentos de barragem e o pós-*boom* das *commodities*, Davies e Martin (*apud* ZONTA; TROCATE, 2016, p. 20) percebem como fatores comuns nestes contextos:

[...] pressa para obter o licenciamento no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação de projetos; pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos [...]

A ineficácia dos processos de licenciamento, o sucateamento das estruturas de

fiscalização e a ineficácia dos sistemas de monitoramento são fatores que acumulam diversos exemplos de mal funcionamento, fartamente denunciados na imprensa e nas publicações relacionadas ao rompimento dessas duas barragens.

Dando um exemplo de como este aparato técnico-normativo não reflete a realidade dos riscos, as três barragens da Samarco em Mariana (Fundão, Germano e Santarém) tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor da empresa VogBR, em auditoria realizada em junho de 2015, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente ratificou este parecer dias depois (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

As questões legislativas também se configuram como um campo de disputas onde as mineradoras utilizam o forte poder econômico para garantir vantagens para o setor, em detrimento da segurança das populações e ambientes e da distribuição realmente significativa, em termos proporcionais, dos benefícios angariados com a exploração mineral. As disputas em torno do Novo Código da Mineração se estendem desde 2013 e seu processo tem sido marcado pelo forte *looby* do setor mineral (SILVA; ANDRADE, 2016)

De uma maneira geral, o sistema normativo e o controle e fiscalização das barragens mostraram-se ineficazes para evitar que essas catástrofes acontecessem. Segundo Mansur, Wanderley, Milanez e colegas (2016, p. 36), “[...] a inação do Estado, no que diz respeito a um entendimento amplo e democrático da matriz de disposição e recuperação de rejeitos de mineração no Brasil, provoca uma armadilha de elevação exponencial dos riscos [...]”.

Neste contexto, os desastres provocados pela Vale, Samarco e BHP na região sudeste são compreendidos como desastres tecnológicos porque

“[...] as operações de disposição de rejeitos na indústria extrativa mineral (IEM) no Brasil [...] constituem uma opção tecnológica determinada por incentivos de mercado [...] práticas corporativas inadequadas e intensificadoras de riscos socioambientais e da inação estatal no que concerne à fiscalização e ao controle (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2015 *apud* MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ *et al*, 2016, p. 35)

A construção de argumentações contrárias e favoráveis ao setor minerador, é um tipo de disputa que mobiliza novas subjetividades e de diferente paradigmas de conhecimento e ação.

5 | A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

O poder econômico da mineração mobiliza os governos, as pessoas e os imaginários em torno de promessas e recompensas bastante sedutores. Embora o que se deixa para populações e governos locais seja irrisório em relação aos lucros angariados pelas corporações e seus acionistas e às perdas sofridas por populações e ecossistemas, mesmo assim as cifras financeiras movimentadas são grandes o suficiente para gerar forte dependência econômica em relação à atividade mineradora.

Neste contexto, os movimentos sociais de resistência ao sistema minerador vigente

disputam enquadramentos e narrativas em torno da veracidade dos benefícios materiais supostamente trazidos pela mineração e em torno dos ideais de desenvolvimentos possíveis, ou do tipo de desenvolvimento almejado e seus limites.

Dentro do padrão de desenvolvimento econômico dominante, a mineração utiliza como argumentação paralela ao do crescimento econômico a presença dos derivados de sua atividade em praticamente todos objetos do dia a dia, utilizados por todas as pessoas, sendo, portanto, um dos contra-argumentos mais frequentemente utilizado pelos que defendem esta atividade econômica para desqualificar a crítica dos opositores.

Para apresentar esta linha argumentativa frequentemente presente nas interações e disputas discursivas em torno do tema, um vídeo¹ compartilhado no canal do Instituto Minere² encarna esta visão de mundo de maneira eloquente. No *lettering* de abertura, uma pergunta resume o argumento, interpelando o espectador: “você já imaginou o mundo sem mineração?”

Nas cenas seguintes, o casal que protagoniza os filmes é apresentado em um cenário de cidade europeia. Um plano de detalhe mostra o parafuso se despregando da parede e a prateleira caindo, situações em que os metais deixam de existir são apresentados em intensidade crescente: as letras de um jornal se desfazem, a aliança derrete na mão, papel de parede se descola, uma mesa desmonta, entra outras cenas no mesmo padrão. Em um crescente apocalíptico, os prédios históricos da cidade desabam, carros desmontam, as cordas dos instrumentos de uma orquestra se rompem em um ápice dramático que antecede a visão de fim do mundo utilizada pelos realizadores.

Em um cenário de deserto e ruínas, pessoas nuas batem com pedras no chão, mobilizando um imaginário bastante clichê de retorno à idade da pedra. A fisionomia do casal também encarna o clichê de humanos primitivos, de cabelos grandes e desgrenhados, sendo que a mulher também traz uma expressão caricata de ignorância ou loucura um tanto intrigante. O homem havia encontrado um espelho e ela demonstra insatisfação com sua aparência, talvez para completar a utilização de todos estereótipos, até os desnecessários para o argumento da mineração.

Este vídeo leva ao extremo a dramatização da dependência do modelo hegemônico da civilização contemporânea em relação a mineração em uma narrativa típica do ponto de vista dos que participam da cadeia de *commodities* na posição de consumidores. Todos os personagens são brancos, as cidades e os cenários das primeiras cenas são ricos, um mundo perfeito, literalmente sustentado, em suas estruturas, pela mineração e bem distante do cenário de desolação das cavas e dos rejeitos do terceiro mundo.

Mas o olhar que se propõe se volta para as disputas em torno do enquadramento dado ao fato de que o modo de vida ocidental é completamente dependente da mineração.

1 <https://youtu.be/uSlcbVUEa7o>

2 Instituto que oferece cursos de capacitação voltados para o setor mineral. No vídeo e nos comentários não existe informação sobre a autoria do mesmo.

Para alguns, esta constatação é argumento para continuar como está, independente da insustentabilidade do modelo minerador e da iminência de exaustão dos estoques de matéria prima. Para outros, isso é motivo para defender outras propostas de desenvolvimento.

Enrique Leff (2007, p. 124) delinea o conceito de uma racionalidade ambiental, que se distingue da racionalidade capitalista em um processo de confrontação de interesses opostos “[...] arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais [...]”. Esta racionalidade se fundamenta na ideia de adaptação, em vez de se apoiar nos ideais de domínio da natureza nos quais se apoiam os pressupostos de desenvolvimento capitalista e os paradigmas da ciência moderna.

Importante ter em mente, porém, que os movimentos sociais que disputam os enquadramentos socioambientais relacionados à mineração e seus desastres, nem sempre têm um caráter ambientalista. Com as devidas diferenciações relacionadas à identidade de cada coletivo, geralmente, os atores envolvidos não têm a questão ambiental como um único núcleo de onde se articulam as mobilizações, mas como um dos importantes fatores mobilizadores das disputas.

Mariestella Svampa (2012, p. 22) percebe os conflitos socioambientais como relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais e dos territórios, que envolvem diferentes atores, com valores e interesses diferentes em contextos de grande assimetria de poder. A autora percebe que as lutas socioambientais na América Latina têm se configurado no que ela denominou de ‘giro ecoterritorial’, definido como: “[...] emergência de uma linguagem comum que dá conta do cruzamento inovador entre a matriz indígena-comunitária, defesa do território e discurso ambientalista [...]”. Estes fatores são percebidos como marcos comuns da ação coletiva, que funcionam como esquemas de interpretação alternativos e como produtores de uma subjetividade coletiva.

Joan Martinez Alier (2005, p. 2) levanta a seguinte questão: “[...] Em qualquer conflito ecológico-distributivo, podemos perguntar: quem tem ou se dá o poder de determinar quais são as linguagens de valoração pertinentes? [...]”. Compreende-se que este poder é sempre um objeto de disputa, embora a assimetria das forças econômicas ou políticas frequentemente atuem para ofuscar perspectivas concorrentes.

Nas redes que disputam os enquadramentos socioambientais relacionados à mineração no Brasil, percebe-se uma forte herança proveniente de uma das primeiras vozes que se levantou contra o modelo de exploração mineral e que conseguiu repercutir enquadramentos de oposição. Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira, Minas Gerais, lugar em que foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce. Ele viu a paisagem de sua infância ser transportada nos trens da mineradora e atuou em oposição aos impactos da atividade e ao imaginário de desenvolvimento promovido pela mesma, associado à ideia de vocação mineral da região (WISNIK, 2018).

A poesia de Drummond tem sido amplamente utilizada pelos movimentos sociais,

autores e grupos de pesquisas, entre outros afetados pela mineração que anseiam repercutir em linguagem poética a angústia do enfrentamento à mineração. Os versos da 'Lira itabirana' foram publicados originalmente em 1984 e soaram como uma profecia aos desastres do século XXI:

O Rio? É doce. / A Vale? Amarga. / Ai, antes fosse / Mais leve a carga. // Entre estatais / E multinacionais, / Quantos ais! // A dívida interna. / A dívida externa / A dívida eterna // Quantas toneladas exportamos / De ferro? / Quantas lágrimas disfarçamos sem berro. (ANDRADE, 1984)

Percebe-se que os núcleos-chaves dos enquadramentos permanecem os mesmos. O peso da mineração, os poderes que suplantam qualquer desejo de autodeterminação das populações locais, as *commodities* e a dívida externa. Nas redes sociais, o poema 'Lira Itabirana' foi inserido em diversos *posts* sobre o tema. Entre inúmeras publicações que utilizaram este poema, após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, publicou na rede social *Facebook*, o *post* abaixo:

Em Defesa dos Territórios Frente a Mineração
24 de fevereiro de 2019 · 🌐

#SOLIDARIEDADE A BRUMADINHO

Nas estrofes do Poeta Drummond vai a dor de quem viu a vida de seus parentes e amigos ceifadas em nome do lucro da exportação de minério de ferro.

"Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?"

(Carlos Drummond de Andrade, 1984)

#30 dias do Crime da Vale em Brumadinho (MG)

Que cada vítima da Vale em Brumadinho receba o nosso abraço solidário. E saibam que continuaremos juntos, na luta pela garantia dos seus direitos e pela criminalização de cada um dos culpados por esta tragédia.

#ForçaBrumadinho

“QUANTAS TONELADAS EXPORTAMOS DE FERRO QUANTAS LÁGRIMAS DISFARÇAMOS SEM BERRO?”

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO
#30 DIAS DO CRIME DA VALE EM BRUMADINHO (MG)
Carlos Drummond de Andrade, 1984

👍👎👤 710 17 comentários 290 compartilhamentos

Figura 1

A atuação, interação e construção de contraenquadramentos ao discurso da mineração tem se dado em redes com as características descritas por Svampa (2012, p. 20) na definição do que ela chamou de “novos movimentos socioambientais” ou “redes e movimentos socioterritoriais”, que se dão pela articulação de diferentes atores, engajados em diálogos de saberes “[...] caracterizado tanto pela elaboração de um saber especialista independente dos discursos dominantes (um saber contraespecialista), assim como pela valorização dos saberes locais, muitos deles de raízes indígenas-camponesas [...]”.

Segundo esta autora, estas redes têm gerado linguagens de valoração relacionadas à territorialidade, desenvolvimento e natureza divergente do discurso ecoeficientista e desenvolvimentista hegemônico, “[...] ao contrário da visão dominante, no marco do giro ecoterritorial os bens naturais não devem ser compreendidos como *commodities*, isto é, mera mercadoria [...]” (SVANPA, 2012, p. 24).

Neste processo, o giro ecoterritorial tem resultado na construção de “[...] marcos comuns de ação coletiva, que funcionam como estruturas de significação e esquemas de interpretação contestatórios ou alternativos [...]” (SVANPA, 2012, p. 27). Este repertório de significação tem o potencial de desenvolver importantes capacidades mobilizadoras, agendar novos temas, definir linguagens, criar *slogans* e palavras de ordem, enquanto orientam uma dinâmica interativa para a produção de novas subjetividades, além de produzir repertórios argumentativos, construídos por meio de pesquisas, publicações e outros meios de divulgação, que disputam a construção dos enquadramentos relacionados ao tema.

Na publicação do MAB apresentada abaixo, as informações levantadas pelo grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) foram apresentadas em uma linguagem acessível e visualmente atraente no *Facebook* do MAB, promovendo a divulgação de informações contextualizadas que apresentam as tragédias da mineração como eventos recorrentes, contribuindo para a desconstrução do enquadramento que as percebe como acidentes ou fatalidades.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
9 de novembro de 2016 · 🌐

[MARCAS DA LAMA]

O rompimento de Fundão não parece ser um caso isolado no contexto das barragens de rejeitos. O grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), formado por acadêmicos de diversas universidades brasileiras, levantou sete rompimentos de barragens nos últimos trinta anos, apenas no estado de Minas Gerais. Além dos danos ambientais, esses desastres resultaram na morte de 15 pessoas.

Confira o especial do Brasil de Fato: <http://bit.ly/2eLiFyn>

#1AnoDeLamaELuta

26 25 compartilhamentos

Figura 2

A diversidade dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais também reflete a amplitude dos impactos provocados pelo setor minerador e delinea o caráter de múltiplas identidades e cosmovisões que dialogam na construção dos enquadramentos de ação coletiva, promovendo linhas argumentativas que se somam às perspectivas de outros atores e grupos sociais.

Os dois desastres aqui abordados afetaram comunidades indígenas. No Rio Doce, foram atingidos os Krenak, que vivem tradicionalmente à beira do rio e no desastre iniciado em Brumadinho a comunidade Pataxó Hã Hã Hãe foi impactada. Na publicação apresentada na Figura 3, realizada pelo comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, apresenta-se uma ação de protesto na qual os Krenak fecham a ferrovia da Vale e a participação destes atores promove o enquadramento de defesa da natureza como sagrada. A fala do líder indígena Geovani Krenak defende esta cosmovisão integrada e holística, quando defende que: “Com a gente não tem isso de nós, o rio, as árvores, os bichos. Somos um só, a gente e a natureza, um só [...] Morre o rio, morremos todos”.



Figura 3

Neste contexto de diversidade, as disputas se fazem, também, em torno de valores humanísticos e da incomensurabilidade das perdas e impactos sofridos. Em depoimento à Comissão externa da Câmara dos Deputados, realizada semanas após o crime-desastre iniciado em Brumadinho, o presidente da Vale, Fábio Schvartsman afirma que a empresa é uma “joia” e que “[...] não pode ser condenada por um acidente, por maior que tenha sido a tragédia” (BOLDRINI; MORAES, 2019). Várias narrativas em resposta a este depoimentos foram empreendidas pelos mais diversos atores. O MovSAM, publicou o grande texto apresentado abaixo, no qual contrapõem os valores defendidos pelas populações aos valores expostos pelo presidente da Vale.

Movimento pelas Serras e Águas de Minas
26 de fevereiro · 📍

*Schvartsman, você está errado. Não é a Vale quem julga quem é ou não uma joia

A minha mãe, Malu, é que era uma joia brasileira. Todo mundo que fala dela lembra-se do seu sorriso, da sua bondade. Da sua bravura de leoa quando mexiam com a família dela. A Malu foi levada pela lama tóxica que a Vale derramou lá em Brumadinho. A onda lá na pousada devia ter uns 10 a 12 metros e velocidade de 80 km por hora.

Foram com ela Adriano, Camila, Luiz, Fernanda, Lorenzo: cinco joias, de futuro longo, violentamente interrompido no dia 25 de janeiro. Foram com eles outras 300 ou mais pessoas-joias: pais, filhos, netos, avós, sobrinhos, tios, irmãs.

Todos eles deixaram de existir em um intervalo de minutos. Eu nunca vou esquecer o tamanho do vazio que senti quando vi o local do desastre com os meus próprios olhos...

O estado de Minas Gerais é uma joia. Com suas lindas montanhas e rios —como o Paraopeba, que morreu. Com seus cidadãos e suas belas comunidades como a de Brumadinho —completamente traumatizada, com futuro incerto e arrancado de suas raízes, da sua história.

Joia é a cultura indígena, como aquela comunidade no morto rio Paraopeba que chora a sua existência suspensa e a perda de seu sustento e da sua natureza.

Joias são os nossos heróis bombeiros de Minas Gerais e de todo o país que dia após dia enfrentam um futuro incerto que a lama tóxica traz, condições perigosas e difíceis de trabalho. Tive o prazer de conhecer membros do Gost Curitiba, que abriu mão de algumas horas de sono quase não disponíveis para conversar conosco, para que pudéssemos mostrar a nossa gratidão.

Tudo isso não para trazer sobreviventes, mas para trazer aos familiares, como eu, o conforto de ter um corpo para velar, para carregar para a eternidade com um mínimo de dignidade. Eu ainda não tive esse conforto.

Joias são as equipes de médicos-legistas que trabalham dia e noite incansavelmente nos nossos familiares perdidos. Trabalham com corpos e fragmentos de corpos nos mais variados estados de decomposição. Trabalham para dar a eles seus nomes de volta, devolver-lhes sua história, tirá-los da temida lista (que confiro todos os dias) dos desaparecidos de Brumadinho.

Trabalham para nos dar mais respostas, embora as mais importantes ainda fiquem...

Joias são os voluntários que abandonaram suas vidas para prestar apoio às comunidades afetadas, aos bombeiros convallescidos, e distribuir doações, abraçar, dar amor. Porque eles não se conformam, porque eles choram por todos nós.

Uma empresa não é joia só por trazer empregos e dinheiro. Uma empresa-joia lidera guiada pelo norte da ética, do respeito à vida e ao meio ambiente. E a Vale, hoje, não é essa empresa. Vidas não podem mais ser risco calculado, danos colaterais de uma estratégia falida.

Fabio, hoje não é a Vale quem julga quem é e quem não é uma joia. Somos nós que julgamos. A voz de Brumadinho, Fabio, é nossa. Essa é a nossa história.

E, por último, mas não menos importante, levante-se da próxima vez que houver minuto de silêncio pelos nossos mortos. Seria uma demonstração melhor de respeito às nossas joias brasileiras.

Patrícia Borelli

Filha de Maria de Lurdes Da Costa Bueno, desaparecida em Brumadinho*
Via Em Defesa dos Territórios Frente a Mineração



WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

Schvartsman, você está errado

A minha mãe, Malu, é que era uma joia brasileira. Todo mundo que fala...

👍👎🗨️ 75

58 compartilhamentos

Figura 4

O episódio não poderia ser mais emblemático dos extremos a que se pode chegar a discrepância de valores e enquadramentos. O presidente da Vale ultrapassou um limite de valorização dos negócios que provavelmente não seria aceito em um posicionamento institucional mais planejado. Sua justificativa insensível de apresentar a empresa como uma jóia, dias depois que quase trezentas pessoas perderem suas vidas, ainda é complementado com a insistência em classificar o crime como um acidente.

Um choque de valores tão extremo não costuma ser explícito em situações mais cotidianas, porém uma série de enquadramentos bastante aceitos conformam o imaginário coletivo, especialmente nos assuntos relacionados às questões econômicas e aos padrões de desenvolvimento. Parâmetros macroeconômicos, como o PIB, por exemplo, além de não contabilizar trabalhos não remunerados realizados na família ou na comunidade, principalmente por mulheres, computa de forma positiva recursos provenientes da comercialização de recursos não renováveis, quando seria coerentes que tais explorações fossem vistas como um processo de descapitalização (ALIER, 2011).

A ideia de atribuir valor monetário às riquezas naturais não renováveis mostra-se inconsistente diante de uma análise não reducionista do mundo real. Um exemplo citado pelo autor se refere à tentativa de contabilização de serviços que a natureza nos proporciona

ao concentrar os minerais utilizados pela nossa civilização. Segundo Alier (2011, p. 54), os ecólogos industriais propõem cálculos para este custo energético, porém:

[...] a tecnologia para criar tais depósitos de minério simplesmente não existe. Assim sendo, as cifras disponíveis a respeito dos valores monetários aplicados aos serviços ambientais disponibilizados de forma gratuita pela natureza carecem de coerência metodológica (COSTANZA et al, 1997). São úteis, por outro lado, para estimular o debate sobre como 'levar em conta a natureza'.

A economia ecológica “[...] observa a economia como um subsistema de um ecossistema físico global e finito [...]” (ALIER, 2011, p. 45). Portanto, o princípio da compensação e da substituição é percebido como ineficaz porque alguns bens naturais são insubstituíveis. Considera-se também que “[...] a vida e a dignidade humana possuem dimensões mais profundas que a valoração monetária [...]” (ALIER, 2011, p. 45).

Para dar conta dessa complexidade, a economia ecológica se articula com a ecologia política, que se ocupa dos conflitos ecológicos distributivos. Neste contexto, percebe-se que os valores monetários atribuídos às externalidades negativas ou aos serviços ambientais “[...] são uma consequência de decisões políticas, pautas de propriedades e da distribuição da renda e do poder [...]” (ALIER, 2011, p. 209). Ou seja, a atribuição de valores deve ser percebida como um exercício de poder político, exacerbado quando este poder é utilizado para simplificar a complexidade, descartando-se perspectivas socioculturais diversas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Drummond Carlos. **Lira Itabirana**. Jornal Cometa Itabirano, 1984. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/08/lira-itabirana/>. Acesso em 21/02/2021.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. SP: Contexto, 2011.

ALIER, Joan Martinez. **Los conflictos ecológicos-distributivos y los indicadores de sustentabilidad**. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2005.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. *Framing processes and social movements: an overview and assessment*. Annu. Rev. Sociol. 2000. 26:611–39

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactinism: perspective and method*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1984(1969).

BODRINI, Angela; MORAES, Fernando Tadeu. **Presidente da Vale diz que empresa é uma joia e não pode ser condenada**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/presidente-da-vale-diz-que-empresa-e-uma-joia-e-nao-pode-ser-condenada.shtml>. Acesso em 20/02/2021.

CAMPOS, Carolina Moura. **Audiência na Câmara dos Deputados: comissão geral sobre Brumadinho, 13/02/2019, de 1h10min a 1h17min**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFMt3qPgLOY>. Acesso em: 03 mai. 2019.

COX, Robert. *Environmental communication and the public sphere*. 5ª Edição. London: Sage Publications, 2018.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

MANSUR, Máira Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, BRUNO *et al.* **Antes fosse mais leve a carga**: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale? BHP Billiton. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Ed. iGuana, 2016.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. RJ: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016

MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; SANTOS, Rodrigo. **Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba**. Juiz de Fora: Poemas, 2019.

SILVA, Jarbas Vieira; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. **Introdução**. IN: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. RJ: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio**: o problema mineral brasileiro. SP: Fund. Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf> Acesso em: 10/02/2021.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo**: Drummond e a mineração. SP: Ed. Schwarcz, 2018.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel. **O desastre da Samarco e a política das afetações**: classificações e ações que produzem o sofrimento social. SP: Cienc. Cult. vol.68 no.3, 2016

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Ed. iGuana, 2016

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bolsa Família 7, 8, 11, 13, 14

C

Cibercultura 87, 90

Consumo 61, 62, 73

D

Descartáveis 61

Desenvolvimento 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 44, 46, 52, 53, 55, 58, 63, 69, 72, 75, 78, 80, 82, 85, 96, 97, 99

Direitos humanos 42, 104

Direito social 7, 10

E

Etnodesenvolvimento 1, 4, 6

F

Fatos sociais 75, 77, 78, 83, 86

G

Gestão de resíduos 62, 63, 69, 70, 71

I

Identidade 1, 3, 6, 26, 27, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 53, 66

Inclusão social 7, 11, 12, 13, 14, 36

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 55, 56

Infância 53

Internet 22, 30, 32, 33, 35, 87, 88, 90

M

Mídias digitais 26, 33, 36

Migrações 29

Mineração 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60

Mobilidade 14, 35, 77, 92

Modernidade 9, 26, 42, 69, 92, 93, 96, 98, 100, 101, 102

Movimentos sociais 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 74

O

Obsolescência programada 65

P

Pataxó 1, 2, 3, 5, 6, 56

Pertença 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Política nacional de resíduos 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 73

Políticas sociais 9, 10, 15, 16

S

Sociologia 44, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 102, 103, 104

Sociologia ambiental 44

Sociologia da educação 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Sociologia dos desastres 44

T

Trabalho 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 42, 46, 61, 63, 64, 72, 73, 89, 92, 104

Tradição 9, 26, 38

W

Whindersson 87, 89, 90

X

Xenofobia 18, 22

Y

Youtube 59, 87, 90

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 